

Memória

SETOR DE PESQUISA

Natal há 88 anos

Quartel do Batalhão de Segurança que ficava na esquina das ruas Silva Jardim e Frei Miguelinho, na Ribeira. No detalhe a iluminação a gás acetileno



Fatos marcantes

25.07.1966 — Uma bomba colocada em uma mala explode no aeroporto dos Guararapes, em Recife, onde pousaria o avião do mal. Arthur da Costa e Silva, candidato à sucessão de Castello Branco; morrem o jornalista Edson Régis e o alm. Nelson Dias Fernandes, e catorze pessoas ficam feridas.

25.07.1985 — Falece no Rio de Janeiro, vítima de um ataque cardíaco, aos 73 anos de idade, o cantor Carlos Galhardo (Cotello Carlos Guagliardi), um dos mais famosos cantores de música romântica do Brasil, que fez grande sucesso no País nas décadas de 40 e 50.

25.07.1991 — É sancionada pelo presidente Fernando Collor de Mello, a Lei, aprovada pelo Congresso Nacional no dia dez do corrente, que regulamenta as eleições municipais de 1992, onde apenas os partidos com registro definitivo no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) poderão apresentar candidatos às prefeituras e às câmaras municipais; o prazo mínimo de filiação partidária dos candidatos é fixado em seis meses e o domicílio eleitoral, em doze meses; e nos municípios com mais de 200.000 eleitores, se necessário, a eleição será em dois turnos, em 3 de outubro e 15 de novembro.

Patrimônio potiguar

Iluminação da cidade do Natal

Em tempos remotos, quando não existia iluminação na Cidade do Natal, um tambor do Quartel da Tropa de Linha, reflava às nove horas da noite para a população se recolher.

Quem ia fazer visita noturna levava um escravo com um lampião, clareando o caminho que também era acidentado.

No dia 9 de agosto de 1851, a Lei nº 255, autorizava o Presidente da Província a comprar quinze lampiões de reverbo e fazê-los colocar nos pontos mais convenientes da capital. A Lei não foi cumprida e, a cidade ficava dentro das trevas.

Em 1859, o Presidente Oliveira Junqueira inaugurou a iluminação pública em Natal. Sessenta lampiões de azeite, comprados no Recife. Quarenta lampiões ficaram na Cidade Alta e vinte na Ribeira.

Em 1862 o Presidente Leão Veloso suspendeu cinquenta por cento da iluminação por questões financeiras. Ruas inteiras apagadas esperavam a iluminação sentimental da Lua.

Pouco a pouco os lampiões inutilizados não eram substituídos. A cidade voltou às escuras.

Em 1883, o Presidente Francisco de Gouveia Cunha Barreto mandou vir da Europa cem lampiões com os postes de ferro e inaugurou a iluminação a querosene. Um contrato com Manuel Joaquim Loiola Barata, de 1885 a 1888, obrigava o contratante a acender cem lampiões, de seis e meia da tarde às cinco horas da manhã durante vinte noites por mês. Havendo Lua, os lampiões eram apagados, uma a um, meia hora depois do nascer da Lua.



Iluminação a gás acetileno

Os cem lampiões, na verdade eram somente noventa e cinco, quarenta e três na Ribeira e cinquenta e dois na Cidade Alta.

No dia 29 de junho de 1905, a Empresa de Iluminação a Gás Acetileno, de Francisco Gomes Vale Miranda, inaugurou os serviços públicos. O primeiro trecho iluminado ia da Praça Augusto Severo ao Quartel do Batalhão de Segurança, esquina das ruas Frei Miguelinho, antiga 13 de Maio, com a Silva Jardim. No dia 15 de novembro do mesmo ano, o acetileno brilhava na Cidade Alta. Mesmo assim, três dias antes e três dias depois da Lua cheia, apagava-se a luz.

A Empresa de Iluminação transformou-se na Empresa de Melhoramentos do Natal, com a firma Vale Miranda & Domingos Barros. A Empresa trouxe os bondes elétricos e a luz que se obtém torcendo o interruptor. No dia 2 de outubro de 1911, os bondes correm com as lanças nos fios e as primeiras lâmpadas brilham nas ruas e residências da Ribeira e Cidade Alta.

NOSSO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Jeanne Fonseca Leite Nesi

A rua Juvino Barreto, em Natal

Arquiteta e diretora do Centro de Documentação Cultural da Fundação José Augusto

A atual rua Juvino Barreto está localizada no bairro da Ribeira, perpendicular à praça Augusto Severo, no trecho compreendido entre as avenidas Junqueira Aires e Deodoro.

No final do século passado, a rua já existia e era conhecida pela denominação de Beco do Tecido, em razão da presença da Fábrica de Tecidos, logo depois do beco. No local da fábrica acha-se atualmente instalada uma agência da Caixa Econômica Federal.

O Beco do Tecido era o limite máximo entre os Xarias e os Canguleiros, que nutriam uma rivalidade que perdurou por dezenas de anos. Era inexplicável aquela separação, pois as famílias da Cidade Alta e da Ribeira conviviam pacificamente. A meninada, encontrando um morador do bairro contrário, expulsava-o imediatamente do local, aos gritos de "Xaria não desce!" ou "Canguleiro não sobe!"

Grandes grupos de canguleiros subiam a ladeira, armados, para assistirem à Festa da Padroeira. Depois de terem participado dos atos religiosos e profanos, sabiam que a batalha era inevitável no Beco do Tecido.

A denominação de rua Juvino Barreto, dada àquela logradouro público, foi posterior ao ano de 1901, quando faleceu seu patrono. Juvino César Paes Barreto nasceu no município pernambucano de Aliança, a 2 de fevereiro de 1847, filho do Cel. Leandro César Paes Barreto, republicano insurgente da Revolução Praieira (1848) e dona Umbelina de Medeiros César.

Aos 10 anos de idade, Juvino ficou órfão do pai e passou a trabalhar como caixeiro-viajante em um estabelecimento de Nazaré (PE). À noite, ele ainda trabalhava em uma pequena oficina de encadernação, instalada em sua própria residência. Em 1869, associou-se ao irmão Júlio Barreto, estabelecendo-se em Macaíba, neste Estado.

Juvino Barreto casou-se em 28 de janeiro de 1873, com Dona Inês Augusta Paes Barreto, filha de Amaro Barreto. Transferindo-se para o Recife, ali passou a dirigir a firma Júlio & Irmão. Voltou em seguida, passando a residir com o sogro e com um cunhado, Fabrício Maranhão, no Porto de Guarapes, em Macaíba.

Juvino sonhou um dia construir uma fábrica de tecidos em Natal. Tirou proveito da Lei 732,

de 9 de agosto de 1875 e 773, de 9 de dezembro de 1876 e dispôs de 8.000 metros quadrados de terreno, no começo da então Rua da Cruz. Comprou na Inglaterra as mais modernas máquinas existentes na época, com o compromisso de pagá-las com os lucros obtidos.

Em 24 de maio de 1886, lançou a pedra fundamental do edifício fabril, em cerimônia presidida pelo presidente da província, José Moreira Alves da Silva. A fábrica foi inaugurada em 21 de julho de 1888. Junto à fábrica, Juvino construiu escola, capela e prestou assistência médica completa aos seus operários.

Segundo Câmara Cascudo, Juvino Barreto era um homem "pequeno, forte, moreno, barba cerrada, sempre de casimira, com um revólver metido entre a calça e o colete, revólver que jamais disparou".

Juvino era um católico fervoroso, caridoso e de grande visão social, tendo sido considerado um modelo ideal de patrão. Foi ele o fundador da "Libertadora Macaibense", conseguindo um grande número de alforrias de escravos. Foi condecorado com a Imperial Ordem da Rosa, pelos serviços prestados à causa abolicionista. Também foi sócio do "Clube do Cupim" e Oficial Superior da Guarda Nacional.

Em frente à sua fábrica, Juvino construiu um notável palacete, que hoje abriga o Colégio Salesiano São José, e ali criou os seus 14 filhos. A casa foi construída em um imenso sítio que abrangia todo um quarteirão.

Ainda em vida Juvino doou, conjuntamente com a esposa, d. Inês, a casa com todas as benfeitorias existentes na chácara, à Ordem dos Salesianos, que somente poderia entrar na posse do imóvel, após o falecimento do conjugue sobrevivente.

Juvino Barreto, conhecido como o "pai dos pobres", faleceu em sua residência, em 9 de abril de 1901. A cerimônia triste, grandiosa e solene do enterro, contou com a presença de quase 3.000 pessoas. Naquele dia o comércio foi fechado.

A rua que possui o seu nome, não apresenta exemplares representativos da arquitetura de outrora.

FONTES: "História da Cidade do Natal", de Luís da Câmara Cascudo, 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL; Natal: UFRN, 1980; "Juvino Barreto" (Acta Diurna), de Luís da Câmara Cascudo, in A REPÚBLICA de 30.01.1940; noticiário incluído em A REPÚBLICA, edições de 10 e 12.04.1901.

